

031

POLÍTICAS DE COLABORAÇÃO INTERGOVERNAMENTAL NO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – O CASO DO RIO GRANDE DO SUL. *Fabiana Soares Mathias, Nalu Farenzena (orient.)* (UFRGS).

Esta pesquisa iniciou em março de 2004, faz parte da pesquisa "Regime de Colaboração Intergovernamental no Financiamento da Educação Básica no Rio Grande do Sul – legislação, políticas e medidas dos operadores da Justiça" e está sendo desenvolvida no Núcleo de Estudos de Política e Gestão da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O objetivo desta investigação é identificar e analisar as políticas de colaboração entre os governos da União, Estado do Rio Grande do Sul e municípios gaúchos, no período de 1996 até 2004, em especial no que se refere a suas implicações nas ações para o financiamento da educação básica. Os instrumentos de coleta de dados são entrevistas, observações e documentos oficiais das principais instâncias envolvidas nos processos de colaboração. Entre as sistemáticas, programas e ações a serem analisadas encontra-se: o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF); os convênios do Estado com municípios gaúchos referentes a Merenda Escolar, Transporte Escolar, Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Municipal (PRADEM); os convênios do Ministério da Educação e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com governos municipais e estadual. As análises feitas até o momento indicam que, no Rio Grande do Sul, a colaboração no financiamento da Educação Básica está bastante restrita ao FUNDEF e ao ensino fundamental, e tem usado como principais critérios de repartição de recursos o número de alunos e a disponibilidade financeira do Estado. O regime de colaboração ainda permanece como um grande desafio político e administrativo para as instâncias governamentais. (PIBIC).